

1º SIMULADO

ALECE

(TÉCNICO LEGISLATIVO)



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

1º Simulado ALE-CE

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da ALE-CE;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-ALE-CE-25-04-20>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | |

PORTUGUÊS

Décio Terror

Papel do Poder Legislativo

Na divisão dos Poderes estabelecida pela Constituição Brasileira cabe ao Poder Legislativo, entre outras atribuições, a elaboração de leis e a fiscalização dos atos do Poder Executivo. O mais democrático e representativo dos três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), o Legislativo é formado por vereadores, deputados e senadores eleitos pelo povo.

De acordo com o artigo 44 da Constituição Federal, em nível federal, o Poder Legislativo é formado pela Câmara Federal, integrada por 513 deputados eleitos para um mandato de 4 anos; pelo Senado Federal, com 81 senadores eleitos para um mandato de 8 anos e o Tribunal de Contas da União, órgão que auxilia o Congresso Nacional nas atividades de controle e fiscalização externa.

Nos estados, o Poder Legislativo é composto pelas Assembleias Legislativas e Tribunal de Contas do Estado, e, nos municípios, pelas Câmaras Municipais e Tribunal de Contas dos Municípios.

A Assembleia Legislativa do Ceará é composta por 46 deputados eleitos pelo voto direto da população. Cabe ao Poder a tarefa de legislar, ou seja, transformar em leis as demandas da sociedade; cobrar a aplicação dessas medidas e fiscalizar de forma permanente a aplicação dos recursos públicos por parte do Governo e demais órgãos da administração.

Ao Parlamento Cearense cabe ainda a apreciação de questões administrativas referentes ao Judiciário, instalar comissões de inquérito para investigar irregularidades na aplicação de verbas públicas municipais e estaduais e comissões especiais para discutir temas específicos de interesse da sociedade, além de votar e aprovar o Orçamento Estadual, o Plano Plurianual do Governo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os nomes indicados para compor o Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios (TCE e TCM). As funções e atribuições do Legislativo Estadual estão dispostas nos artigos 49 e 50 da Constituição do Estado.

Para realizar sua função legislativa, a Assembleia cearense conta com o apoio de 18 comissões técnicas permanentes. Além de analisar projetos e mensagens apresentadas à Casa, as comissões promovem audiências públicas para debater com a população o conteúdo dessas matérias, temas e demandas da sociedade.

<https://www.al.ce.gov.br/index.php/assembleia/papel-do-poder-legislativo> (Adaptado)

01. Infere-se do texto que:

- a) o Tribunal de Contas da União tem como atribuições atividades tanto de controle quanto de fiscalização externos.
- b) por isonomia entre os poderes, não há um que seja percebido como mais democrático e representativo.
- c) o artigo 44 da Constituição Federal estabelece a composição do Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal.
- d) as comissões técnicas permanentes da Assembleia cearense foram instituídas exclusivamente para darem suportes técnicos para elaboração de leis.
- e) as funções e atribuições dos TCEs e TCMs estão dispostas nos artigos 49 e 50 da Constituição Federal.

02. Quanto às características e estrutura, entende-se que o texto é

- a) apelativo
- b) opinativo
- c) informativo
- d) narrativo
- e) descritivo

03. Muitas vezes uma forma de estruturar um texto é por meio do método dedutivo, isto é, apresenta-se uma situação mais general e em seguida uma particularidade. O texto apresentou a seguinte afirmação “Na divisão dos Poderes estabelecida pela Constituição Brasileira cabe ao Poder Legislativo, entre outras atribuições, a elaboração de leis e a fiscalização dos atos do Poder Executivo.” (1º parágrafo).

Que frase do texto restringiu e especificou tal afirmação?

- a) “O mais democrático e representativo dos três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), o Legislativo é formado por vereadores, deputados e senadores eleitos pelo povo.” (1º parágrafo)
- b) “Nos estados, o Poder Legislativo é composto pelas Assembleias Legislativas e Tribunal de Contas do Estado, e, nos municípios, pelas Câmaras Municipais e Tribunal de Contas dos Municípios.” (3º parágrafo)

- c) “A Assembleia Legislativa do Ceará é composta por 46 deputados eleitos pelo voto direto da população.” (4º parágrafo)
- d) “Cabe ao Poder a tarefa de legislar, ou seja, transformar em leis as demandas da sociedade; cobrar a aplicação dessas medidas e fiscalizar de forma permanente a aplicação dos recursos públicos por parte do Governo e demais órgãos da administração.” (4º parágrafo)
- e) “As funções e atribuições do Legislativo Estadual estão dispostas nos artigos 49 e 50 da Constituição do Estado.” (5º parágrafo)

04. A função sintática do termo “O mais democrático e representativo dos três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário)” (1º parágrafo) é:

- a) sujeito
- b) objeto direto
- c) adjunto adnominal
- d) predicativo do sujeito
- e) complemento nominal

05. No segundo parágrafo, o vocábulo em destaque que **não** apresenta valor de agente é:

- a) **da** Constituição Federal
- b) **pela** Câmara Federal
- c) **por** 513 deputados eleitos
- d) **pelo** Senado Federal
- e) **que** auxilia o Congresso Nacional

06. A reescrita que preserva a coerência e a correção gramatical do trecho “Na divisão dos Poderes estabelecida pela Constituição Brasileira cabe ao Poder Legislativo, entre outras atribuições, a elaboração de leis e a fiscalização dos atos do Poder Executivo.” (1º parágrafo) é:

- a) Ao Poder Legislativo, na divisão dos Poderes entre outras atribuições estabelecidas pela Constituição Brasileira cabe, a elaboração de leis e a fiscalização dos atos do Poder Executivo.

- b) Na divisão dos Poderes, entre outras atribuições estabelecidas pela Constituição Brasileira, cabe, ao Poder Legislativo, a elaboração de leis e a fiscalização dos atos do Poder Executivo.
- c) Ao Poder Legislativo, na divisão dos Poderes estabelecida pela Constituição Brasileira, cabe, entre outras atribuições, elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo.
- d) Na divisão dos Poderes estabelecida pelo Poder Legislativo cabe a Constituição Brasileira, entre outras atribuições, a elaboração de leis e a fiscalização dos atos do Poder Executivo.
- e) Na divisão dos Poderes estabelecidos pela Constituição Brasileira, cabe, ao Poder Legislativo, entre outras atribuições, a elaboração de leis e a fiscalização dos atos do Poder Executivo.

07. Julgue as afirmações a respeito do 1º parágrafo, reproduzido abaixo, e marque a alternativa correta.

“Na divisão dos Poderes estabelecida pela Constituição Brasileira cabe ao Poder Legislativo, entre outras atribuições, a elaboração de leis e a fiscalização dos atos do Poder Executivo. O mais democrático e representativo dos três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), o Legislativo é formado por vereadores, deputados e senadores eleitos pelo povo.”

- I – A substituição dos parênteses por travessões preserva a correção gramatical e o sentido original.
- II – A inserção de uma vírgula após “Constituição Brasileira” preserva a correção gramatical.
- III – Os termos “de leis” e “do Poder Executivo” são complementos dos substantivos anteriores.

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Somente a afirmação I está correta.
- c) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) Somente a afirmação II está correta.

08. Marque a alternativa cujo papel discursivo da expressão denotativa “ou seja” (4º parágrafo) é **incorreto**:

- a) explicar
- b) esclarecer
- c) confirmar
- d) retificar
- e) ratificar

09. Complete as lacunas abaixo e marque a alternativa correta:

O segmento “De acordo com o artigo 44 da Constituição Federal” (2º parágrafo) apresenta que valor semântico de _____ e a expressão sublinhada pode ser substituída por _____, mantendo-se a correção gramatical e o sentido.

- a) conformidade, **Segundo o**.
- b) comparação, **Como o**.
- c) similaridade, **Consoante ao**.
- d) conformidade, **Em conformidade do**
- e) causa, **Já que o**

10. A reescrita que preserve a coerência e a correção gramatical do trecho “Para realizar sua função legislativa, a Assembleia cearense conta com o apoio de 18 comissões técnicas permanentes.” (6º parágrafo) é:

- a) Conta com o apoio de 18 comissões técnicas permanentes a Assembleia cearense, a fim de realizar sua função legislativa.
- b) Afim de realizar sua função legislativa; a Assembleia cearense conta com o apoio de 18 comissões técnicas permanentes.
- c) A Assembleia cearense, para realizar sua função legislativa conta com o apoio de 18 comissões técnicas permanentes.
- d) A Assembleia cearense a fim realizar sua função legislativa, conta com o apoio de 18 comissões técnicas permanentes.
- e) A Assembleia cearense conta, para realizar sua função legislativa com o apoio de 18 comissões técnicas permanentes.

INFORMÁTICA

Renato da Costa

11. Sobre internet e redes de computadores, assinale a alternativa correta:

- a) Na topologia de rede denominada barramento, ocorre interrupção no funcionamento da rede quando há falha de comunicação com uma estação de trabalho.
- b) As redes de computadores podem ser classificadas, pela sua arquitetura de interação, em LAN (*Local Area Network*), MAN (*Metropolitan Area Network*) e WAN (*Wide Area Network*).
- c) Um roteador é um equipamento de rede que permite conectar segmentos de redes que utilizam tecnologias de enlace distintas.
- d) O Padrão *Token Ring* (IEEE 802.11) se caracteriza por uma topologia em anel em que as estações devem aguardar para transmitir dados.
- e) Uma comunicação *full-duplex* se caracteriza por ter um transmissor e um receptor, sendo que ambos podem transmitir e receber dados, porém não simultaneamente.

12. Analise as seguintes alternativas:

- I. Webmails são programas de correio eletrônico instalados em um computador que permitem acessar mensagens de e-mail via navegador web em qualquer computador ou dispositivo conectado à internet.
- II. Na sintaxe do endereço de um e-mail, temos três componentes fundamentais: nome do recipiente, símbolo de arroba e o nome do domínio.
- III. Quando um usuário em cópia de uma mensagem de correio eletrônico utiliza a opção de responder a todos, os destinatários da mensagem original recebem esse e-mail – inclusive aqueles que estão em cópia oculta.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II
- c) II e III
- d) III.
- e) I, II e III

13. Códigos maliciosos (malware) são programas especificamente desenvolvidos para executar ações danosas e atividades maliciosas em um computador. Todas as opções a seguir apresentam formas clássicas em que códigos maliciosos infectam ou comprometem computadores, exceto:

- a) pela exploração de vulnerabilidades existentes nos programas instalados.
- b) pela leitura do corpo de e-mails com anexos maliciosos.
- c) pela auto-execução de mídias removíveis infectadas, como pen-drives.
- d) pelo acesso a páginas web maliciosas, utilizando navegadores vulneráveis.
- e) pela ação direta de atacantes que, após invadirem o computador, incluem arquivos contendo códigos maliciosos.

14. [PC-RJ; AL/CE] Considerando o aplicativo de escritório Microsoft Office Excel, instalação padrão em português, dada a tabela com os seguintes valores:

	A	B	C
1	Categoria	Alimento	Venda
2	Vegetal	Tomate	2300
3	Vegetal	Nabo	5500
4	Fruta	Laranja	800
5	Vegetal	Cenoura	4200
6	Fruta	Maçã	1200

Pode-se afirmar que a fórmula capaz de realizar a soma das vendas de todos os alimentos da categoria "Frutas" é:

- a) =SOMASE(C2:C6;"Fruta";A2:A6)
- b) =SOMASE(A2:A6;C2:C6;"Fruta")
- c) =SOMASE("Fruta";A2:A6;C2:C6)
- d) =SOMASE("Fruta";C2:C6;A2:A6)
- e) =SOMASE(A2:A6;"Fruta";C2:C6)

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Ricardo Vale

15. Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que corresponde a uma atribuição exclusiva da Assembleia Legislativa, a ser desempenhada sem a participação do governador, segundo a Constituição do Estado do Ceará:

- a) Escolher os 7 membros do Tribunal de Contas do Estado.
- b) Julgar anualmente as contas prestadas pelo Governador.
- c) Transferir temporariamente a sede do Governo Estadual.
- d) Dispor sobre leis orçamentárias.
- e) Intervir em Município.

16. No que concerne à Fiscalização Financeira, de acordo com a Constituição do Estado do Ceará,

- a) O controle externo da Câmara de Vereadores será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município.
- b) O controle externo da administração pública estadual será exercido com exclusividade pelo Tribunal de Contas do Estado.
- c) Cabe ao Tribunal de Contas sustar a execução de ato administrativo impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa.
- d) Compete ao TCE apreciar as contas do governador e dos demais administradores públicos estaduais, emitindo parecer prévio a ser enviado à Assembleia Legislativa.
- e) O Tribunal de Contas do Estado prestará suas contas, anualmente, ao Governador do Estado.

**ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
CIVIS**

Paulo Guimarães / Marcos Girão

17. Acerca do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará, assinale a opção incorreta:

- a) Posse é o fato que completa a investidura em cargo público.
- b) No ato da posse será apresentada declaração, pelo funcionário empossado, dos bens e valores que constituem o seu patrimônio, nos termos da regulamentação própria
- c) Poderá haver posse por procuração, quando se tratar de funcionário ausente do País ou do Estado, ou, ainda, em casos especiais, a juízo da autoridade competente.
- d) A posse ocorrerá no prazo de 15 dias da publicação do ato de provimento no órgão oficial.
- e) A requerimento do funcionário ou de seu representante legal, a autoridade competente para dar posse poderá prorrogar o prazo previsto, até o máximo de 60 dias contados do seu término.

REGIMENTO INTERNO ALE-CE

Luiz Cláudio/Miguel Gerônimo

18. A respeito do funcionamento do Senado Federal, assinale a opção correta.

- a) O Colégio de Líderes é formado pelos Líderes das Bancadas Partidárias, dos Blocos Parlamentares e do Governo e, em regra, suas decisões são tomadas pela maioria dos votos.
- b) Nenhum partido poderá integrar mais de um bloco parlamentar concomitantemente, mas o partido que se desvincular de bloco parlamentar poderá constituir outro na sessão legislativa seguinte.
- c) O prazo para posse de Deputado no início da legislatura é de cento e vinte dias, podendo ser prorrogado pelo Presidente por até metade, a requerimento do interessado.

d) A Mesa convocará o suplente de Deputado, no prazo de vinte e quatro horas, e este terá o prazo de trinta dias para tomar posse, nas hipóteses regimentais.

e) O suplente de Deputado, quando convocado em caráter de substituição, não poderá ser escolhido para os cargos da Mesa Diretora, mas poderá ser eleito Presidente ou Vice-Presidente de Comissão.

19. Segundo o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia. Com base nessa preliminar, escolha a alternativa correta.

a) Por matéria entende-se a que seja objeto de Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de Projeto de Lei Complementar, de Projeto de Lei, de Projeto de Lei Delegada, de Projeto de Decreto Legislativo, de Projeto de Resolução e de Projeto de Indicação.

b) Nas situações em que as assinaturas de uma proposição representem apoio constitucional ou regimental, as subscrições não podem ser retiradas após a sua apresentação à Mesa Diretora.

c) As proposições serão submetidas aos seguintes regimes de tramitação: a) ordinária; b) em prioridade; c) urgente.

d) O projeto de decreto legislativo é a proposição que visa regular as matérias de competência privativa da Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador, a exemplo da autorização para o Governador e o Vice-Governador a se ausentarem do Estado e do País.

e) Nenhuma das afirmativas está correta.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ALE-CE

Paulo Guimarães / Marcos Girão

20. Segundo a Resolução nº 698/2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional, cargos em comissão e funções de natureza comissionada da ALE-CE, assinale a alternativa que não contém uma atribuição da Secretaria Executiva da Mesa Diretora:

- a) comunicar a convocação de reunião da Mesa Diretora ou do Colégio de Líderes.
- b) ter livre acesso a qualquer lugar público, independentemente de prévia autorização, para o fiel cumprimento de diligências que se reputem necessárias, e a locais privados, respeitadas as normas constitucionais de inviolabilidade de domicílio.
- c) acompanhar e assessorar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Mesa Diretora e do Colégio Líderes.
- d) receber, examinar, instruir e encaminhar os documentos, requerimentos e processos dirigidos à Mesa Diretora.
- e) confeccionar a pauta das reuniões da Mesa Diretora.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

21. Uma barreira ao processo de comunicação que ocorre quando uma mensagem tem seu conteúdo alterado ou deturpado, mudando seu significado original é chamada de: é chamada de distorção,

- a) Distorção.
- b) Percepção seletiva.
- c) Emoções afloradas.
- d) Ansiedade.
- e) Excesso de Informação.

22. De acordo com a literatura pertinente, uma das dimensões da liderança transformacional é a

- a) Recompensa contingente.
- b) Estimulação intelectual.
- c) Gerenciamento pela exceção passiva.
- d) Gerenciamento pela exceção ativa.
- e) *Laissez-faire*.

23. Uma das principais ferramentas da qualidade trouxe a noção de que, normalmente, poucos itens ou fatores geram a maioria dos efeitos ou impactos. Assim, 20% dos fatores gerariam 80% dos efeitos. Essa ferramenta é a/o

- a) Diagrama de Pareto.
- b) Diagrama de Ishikawa.
- c) Gráfico de Controle.
- d) Fluxograma.
- e) Histograma.

24. Dentro do *Balanced Scorecard* – BSC, a medida que identifica as medidas que a empresa deve tomar para se capacitar para os desafios futuros é a:

- a) financeira.
- b) dos clientes.
- c) aprendizado e crescimento.
- d) dos processos internos.
- e) estratégica.

25. Em um problema típico da avaliação do desempenho, o avaliador generaliza um aspecto do desempenho, seja bom ou ruim, e aplica para todos os quesitos. Esse problema se chama:

- a) leniência.
- b) excesso de rigor.
- c) tendência central.
- d) recenticidade.
- e) efeito halo.

26. Podemos descrever o conjunto de percepções, opiniões e sentimentos que se expressam no comportamento de um grupo ou uma organização, em um determinado momento ou situação como:

- a) Cultura organizacional.
- b) Hierarquia.
- c) Relacionamento interpessoal.
- d) Clima organizacional.
- e) Um conflito intergrupal.

27. De acordo com o TCU, os principais atributos ou qualidades de um indicador devem ser, exceto:

- a) Confiabilidade: a fonte de dados utilizada pelo indicador deve ser confiável, fidedigna;
- b) Adaptabilidade: capacidade de resposta às mudanças de comportamento e exigências dos clientes. Os indicadores podem tornar-se desnecessários ao longo do tempo e devem ser eliminados ou substituídos por outros de maior utilidade;
- c) Atualização periódica: o indicador deve permitir atualização de forma a representar a situação mais atual possível;
- d) Representatividade: deve expressar bem a realidade que representa ou mede;
- e) Indisponibilidade: dificuldade de acesso para coleta, de modo a proteger o sigilo da fonte;

28. A teoria da expectância (ou expectativa) diz que a motivação é um produto das expectativas das pessoas em relação a suas habilidades de atingir os resultados e o valor que elas dão às recompensas. Para Vroom, a motivação seria o resultado da soma dos seguintes fatores ou elementos:

- a) valência, instrumentalidade e expectativa.
- b) expectativa, ação e resultado.
- c) expectativa, instrumentalidade e ação.
- d) valor, expectativa e reconhecimento.
- e) expectativa, ação e valência.

29. Quando um departamento de Produção envia uma mensagem para o departamento de RH solicitando um treinamento, está usando que tipo de fluxo na comunicação:

- a) ascendente.
- b) hierárquico.
- c) descendente.
- d) lateral.
- e) top-down.

30. O modelo das Cinco Forças de Porter de Michael Porter tem por objetivo a análise da competição entre empresas. O modelo considera cinco fatores importantes, as chamadas forças competitivas. Segundo o modelo, as forças competitivas que atuam sobre uma empresa são: poder de barganha dos fornecedores, poder de barganha dos clientes/consumidores, ameaça de novos entrantes no mercado, grau de rivalidade entre os concorrentes do mercado e

- a) manutenção do grau de satisfação dos clientes/consumidores.
- b) facilidade de criação de novos produtos e renovação da gama atual.
- c) potencial de aquisição de produtos pelos clientes/consumidores.
- d) alta demanda de produtos e capacidade de entrega pelos fornecedores.
- e) ameaça de produtos e serviços substitutos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

31. Com relação ao regime jurídico administrativo e aos princípios aplicáveis à Administração Pública, assinale a opção correta:

- a) O poder conferido à Administração Pública de rever os seus próprios atos considerados ilegais decorre do princípio da autotutela.
- b) A obrigação do agente público de fazer somente o que a lei permite corresponde ao princípio da eficiência, que é um dos princípios de observância obrigatória para a Administração Pública.
- c) A conduta praticada por um agente público e que viole não só a lei, mas a moral, os bons costumes, a honestidade ou os deveres de boa administração, ofenderá o princípio da impessoalidade.
- d) Em caso de eventual colisão, o princípio da segurança jurídica deve prevalecer sob o princípio da legalidade.
- e) Apesar da supremacia do interesse público sobre o privado - decorrência do regime jurídico-administrativo -, a Administração Pública não poderá gozar de privilégios que não sejam igualmente concedidos a particulares.

32. A respeito da concentração, centralização, desconcentração e descentralização da atividade administrativa do Estado, é correto o que se afirma em:

- a) A transferência de funções entre mais de um órgão que integrem a mesma pessoa jurídica de determinada administração, sem formação de relação hierárquica, será considerada descentralização administrativa.
- b) A desconcentração diz respeito à repartição de funções entre órgãos e entidades da administração pública.
- c) A desconcentração implica, necessariamente, a criação de novas pessoas jurídicas.
- d) O fenômeno da descentralização só ocorrerá quando tratar-se de transferência de competências da administração pública a pessoas jurídicas de direito público.
- e) Quando, através de um ato administrativo, a administração pública transfere a execução de um serviço a outra pessoa jurídica, mantendo consigo a titularidade do mesmo, pode-se dizer que houve descentralização por colaboração.

33. Sobre a organização da Administração Pública, assinale a opção correta:

- a) Uma autarquia só poderá ser criada mediante decreto específico, que também será o instrumento hábil para autorizar a criação de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cujas áreas de atuação ficarão a cargo de lei complementar.
- b) Toda pessoa jurídica que integre a administração indireta está imediatamente vinculada a algum órgão da administração direta, graças ao princípio da especificidade.
- c) A criação das pessoas jurídicas que integram a administração indireta decorre da vontade do Estado em desempenhar algumas de suas atividades com maior celeridade e eficiência, de forma desconcentrada.
- d) Independentemente de prestarem serviços públicos ou de exercerem atividade econômica, as empresas públicas e sociedades de economia mista sempre integrarão a administração indireta.

e) A criação de subsidiárias de empresas públicas e de sociedades de economia mista está condicionada à edição de lei específica.

34. Doquinha, servidor público em estágio probatório, foi reprovado e conseqüentemente exonerado, sob alegação de inassiduidade. Após sua exoneração, Doquinha demonstrou que jamais faltou ao serviço e sequer chegou atrasado uma única vez ao longo dos 3 anos em que estava em avaliação.

Diante do caso narrado, o ato que exonerou Doquinha deve ser considerado

- a) anulável por apresentar vício no elemento objeto.
- b) nulo por apresentar vício no elemento finalidade.
- c) anulável por apresentar vício no elemento forma.
- d) nulo por apresentar vício no elemento motivo.
- e) anulável por apresentar vício no elemento motivação.

35. Acerca dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- a) A validade de um ato administrativo está vinculada aos motivos que levaram a sua edição, assim, caso seja constatado inexistente ou falso o motivo, o ato será anulável, conforme a teoria dos motivos determinantes.
- b) A autoexecutoriedade dos atos administrativos é caracterizada pela possibilidade de a administração pública executar suas decisões por meios próprios, sem a necessidade da autorização do Poder Judiciário.
- c) O chefe de determinada repartição, a fim de punir um de seus subordinados com quem teve desavenças, determinou sua remoção, o que deixa claro que houve vício no motivo.
- d) As certidões emitidas pela administração pública necessitam de ratificação do Poder Judiciário para possuírem fé pública.
- e) São atos administrativos simples somente os atos praticados por agente público de forma isolada.

36. Com relação aos poderes conferidos à Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) No exercício do poder regulamentar, é conferida à administração pública a prerrogativa de editar atos gerais para complementar e suprir a omissão legislativa, em conformidade com seu conteúdo e limites.
- b) O poder disciplinar pode ser exercido em relação a qualquer cidadão que descumpra norma administrativa imposta pelo Poder Público.
- c) Quando um administrador público edita atos normativos com a finalidade de ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados, trata-se de exercício do poder hierárquico.
- d) O poder de polícia pode ser atribuído a sociedade de economia mista, mas não a empresa pública.
- e) Tanto o alvará de licença como o de autorização, concedidos pela Administração Pública, podem ser considerados como forma de manifestação do poder regulamentar.

37. No tocante ao abuso de poder, indique a alternativa correta.

- a) O excesso de poder e o desvio de poder ou finalidade, enquanto espécies do abuso de poder, não decorrem de condutas omissivas dos agentes públicos.
- b) Configura-se desvio de poder quando o ato administrativo é praticado por agente que exorbita a sua competência.
- c) O excesso de poder, espécie de abuso de poder, ocorre quando o agente público ultrapassa os limites impostos às suas atribuições.
- d) Configura-se o excesso de poder no caso de vício de finalidade do ato administrativo.
- e) A simples omissão da administração quanto à prática de um ato administrativo de interesse do administrado não configura abuso de poder.

38. A secretaria de obras da Prefeitura de Fabianolândia solicitou a aquisição de software de análise de subsolo, que é desenvolvido por uma empresa que também fornece e distribui tal produto em caráter de exclusividade. No rol de documentos apresentados pela secretaria, restou comprovado que o produto é singular e que o seu fornecimento é de exclusividade daquela empresa.

Diante da situação narrada, de acordo com a legislação pertinente às licitações, a forma correta para se adquirir o produto pretendido pela secretaria de obra será através de

- a) licitação pelo critério técnica e preço.
- b) inexigibilidade.
- c) licitação na modalidade pregão.
- d) dispensa.
- e) licitação pelo critério menor preço.

39. Levando em consideração a legislação vigente, a jurisprudência e a doutrina sobre licitações públicas, assinale a opção correta.

- a) A modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, é a tomada de preços.
- b) Os bens imóveis da administração pública poderão ser alienados, por ato da autoridade competente, mediante adoção de procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou pregão eletrônico.
- c) A modalidade licitatória concorrência admite, em qualquer hipótese, que se estabeleça uma etapa de pré-qualificação para licitantes interessados.
- d) Para a promoção de atividades de natureza artística, técnica ou científica, a modalidade licitatória apropriada é o convite.
- e) Subordinam-se ao regime da Lei n.º 8.666/1993, além dos órgãos da administração direta e indireta, os fundos especiais, os cartórios notariais e de registro e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

40. A respeito das licitações na modalidade pregão, assinale a alternativa correta.
- a) Os prazos para o fornecimento dos bens ou serviços contratados serão fixados na fase externa da licitação, imediatamente após a convocação dos interessados.
 - b) O pregão deve se basear no critério da melhor técnica para o julgamento e a classificação das propostas.
 - c) Após a declaração do vencedor, qualquer pessoa, mesmo que não participante do pregão, tem o direito de manifestar motivadamente a intenção de recorrer por motivo de nulidade procedimental.
 - d) Será possível a adoção de licitação, na modalidade pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns, especiais ou diferenciados.
 - e) A legislação não admite a exigência de garantia de proposta ou a obrigatoriedade de que os licitantes adquiram o edital para participarem do certame realizado na modalidade pregão.
41. Com base nos contratos administrativos, que estabelecem as obrigações firmadas entre a Administração Pública e particulares, pode-se afirmar:
- a) Em um contrato administrativo firmado com objetivo de construir um bem imóvel, caso ocorra sua rescisão por culpa exclusiva do contratado, este não receberá pela parcela do contrato que eventualmente tenha executado.
 - b) É vedado à administração pública exigir garantia para assegurar o adimplemento dos contratos.
 - c) Os contratos verbais firmados com a administração pública são nulos e de nenhum efeito.
 - d) O contrato administrativo é sempre consensual e, em regra, formal, oneroso, comutativo e realizado *intuitu personae*.
 - e) O contratado fica obrigado a aceitar alterações unilaterais promovidas pela administração, desde que estas não excedam 70% do valor do objeto original.
42. Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992), indique a alternativa correta:
- a) Dado o vínculo precário e transitório, os estagiários de órgãos públicos não podem ser considerados sujeitos ativos de ato de improbidade administrativa.
 - b) Em caso de óbito do agente público autor de improbidade que cause lesão ao patrimônio público ou se enriqueça ilicitamente, eventuais obrigações patrimoniais não serão extensíveis aos seus sucessores.
 - c) A ação judicial de improbidade administrativa pode ser ajuizada exclusivamente contra o particular que participou de conduta configuradora de improbidade.
 - d) As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa possuem natureza eminentemente penal.
 - e) Prefeito que deixa de prestar contas pratica ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da administração pública.
43. A cerca dos processos administrativos, assinale a alternativa correta.
- a) Os recursos administrativos, quando interpostos pelos interessados, têm efeito suspensivo.
 - b) Órgão público pode delegar a sua competência para a edição de atos normativos.
 - c) Caso o interessado desista de pedido formulado em processo administrativo, a administração deverá automaticamente extinguir o referido processo e determinar o seu arquivamento.
 - d) O processo administrativo somente se inicia a pedido do interessado, mediante o protocolo de requerimento escrito em que conste a exposição do pedido e seus fundamentos.
 - e) As responsabilidades provenientes da edição de ato administrativo editado mediante delegação recaem sob o agente delegado.
44. Coxinha, servidor público aposentado, retornou ao serviço público após a constatação, mediante processo administrativo, de que os motivos determinantes da sua aposentadoria não subsistiam. Diante da situação narrada, Coxinha retornará ao serviço em razão da
- a) readaptação.
 - b) recondução.
 - c) reversão.
 - d) aproveitamento.
 - e) reintegração.

45. De acordo com o disposto na Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011), a restrição a uma informação considerada secreta só poderá persistir pelo prazo máximo de:

- a) 25 (vinte e cinco) anos.
- b) 15 (quinze) anos.
- c) 5 (cinco) anos.
- d) 10 (dez) anos.
- e) 20 (vinte) anos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

46. Luzinda é freira e decidiu oferecer assistência religiosa em estabelecimentos de internação coletiva. Ao ser informada, pelo dirigente de uma entidade hospitalar, de que tal assistência não pode ser prestada por particulares, sendo reservada, com exclusividade, ao Estado, Luzinda resolve consultar seu advogado, o qual deverá fornecer a seguinte orientação:

- a) O Estado deve assegurar o direito à assistência religiosa, mas esta poderá ser prestada por particulares, na forma da lei.
- b) A informação fornecida pelo dirigente do hospital está correta, já que a assistência religiosa deve ser obrigatoriamente prestada pelo Estado.
- c) A assistência religiosa corresponde a garantia absoluta que não pode ser restringida nem mesmo por lei.
- d) Em virtude de tratar-se de um direito absoluto, a assistência religiosa não pode ser negada pelo dirigente do estabelecimento.
- e) A prestação da referida assistência é vedada, já que não se pode obrigar aqueles que se encontram internados a participar de cultos ou ritos religiosos.

47. Maurino vem sendo ameaçado de morte por sua ex-esposa. Em certa ocasião, ele consegue gravar uma das conversas telefônicas ocorridas entre os dois. Pode-se afirmar que, em relação à situação narrada:

- a) Trata-se de gravação clandestina que, no entanto, poderá ser utilizada como prova em eventual processo criminal movido por Maurino.
- b) A gravação clandestina, nessas condições, não pode ser admitida para instruir processo criminal, já que constitui prova ilícita.
- c) Trata-se de interceptação telefônica, que somente poderia ter sido autorizada pela autoridade judicial.
- d) A gravação feita por Maurino somente poderia ter sido feita segundo as hipóteses taxativamente previstas em lei, para fins de investigação criminal.
- e) Maurino quebrou o sigilo de dados telefônicos da ex-esposa, sendo, portanto, inadmissível a utilização da conversa como prova das ameaças que vem sofrendo.

48. Fora convocada uma reunião de manifestantes em frente à sede do governo estadual, para protestar contra o aumento abusivo de impostos promovido pela atual gestão. Ao tomar conhecimento do ocorrido, as autoridades rapidamente comparecem ao local e dissolvem a aglomeração, sob a justificativa de que não fora obtida autorização para a realização do evento. De acordo com a CF/88, é correto afirmar que:

- a) A reunião não poderia, mesmo, ter sido realizada sem autorização da Administração, já que se trata de local público.
- b) Sendo pacífica a reunião, não se poderia impor quaisquer outras restrições ao seu exercício.
- c) A exigência de autorização se justifica apenas em situações em que há o risco de frustrar-se outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- d) O direito de reunião, como decorrência da liberdade de expressão, não pode ser restringido em hipótese alguma.
- e) Embora devesse ter sido dado prévio aviso às autoridades competentes, não se exige autorização para o exercício do direito de reunião.

49. Júlio é deputado estadual e, durante votação de determinado projeto de lei por ele apresentado, proferiu uma série de ofensas a membros de outros partidos que discordavam de suas justificativas para fundamentar a proposta. Segundo o que determina a Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- a) Júlio poderá ser civilmente responsabilizado, mas não poderá ser preso.
- b) Júlio poderá ser processado, desde que haja autorização de um terço dos membros da Casa.
- c) Júlio é inviolável por suas palavras e votos, dentro e fora da Assembleia Legislativa, não podendo ser responsabilizado pelo conteúdo de tais manifestações.
- d) A CF/88 não estende quaisquer imunidades pertencentes aos parlamentares federais aos membros do Poder Legislativo Estadual.
- e) As manifestações proferidas por Júlio são protegidas pela imunidade parlamentar apenas dentro do recinto legislativo, independentemente de estarem ou não ligadas ao exercício do mandato.

50. No que diz respeito às reuniões do Poder Legislativo Federal, sabe-se que cada _____ corresponde ao intervalo de _____, dentro do qual se desenvolvem reuniões parlamentares _____, denominadas _____. Durante o recesso parlamentar, funcionará uma _____. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas anteriores:

- a) Sessão Legislativa; 1 ano; semestrais; legislaturas; Comissão representativa do Congresso Nacional.
- b) Legislatura; 4 anos; anuais; sessões legislativas; Comissão representativa do Congresso Nacional.
- c) Legislatura; 4 anos; anuais; períodos legislativos; Comissão Parlamentar de Inquérito.
- d) Sessão Legislativa; 4 anos; anuais; sessões legislativas; Comissão Extraordinária.
- e) Período Legislativo; 1 ano; semestrais; sessões legislativas; Comissão Extraordinária.

51. Foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito por iniciativa de um dos deputados pertencentes à Assembleia Legislativa do Estado X, com o objetivo de investigar fato determinado por prazo certo. Pode-se dizer que tal Comissão:

- a) Caso decida pela responsabilização de algum investigado, deverá remeter suas conclusões para a autoridade judiciária competente.
- b) Não respeitou os requisitos exigidos pela Constituição Federal para a criação de CPIs.
- c) Embora sua criação tenha sido feita de forma regular, não poderá quebrar o sigilo bancário dos investigados.
- d) Somente poderia ter sido criada para funcionar de forma permanente.
- e) Embora não seja imprescindível a identificação precisa de seu objeto, não poderá convocar autoridades para depor.

52. A Constituição Federal determina que, caso uma associação de caráter paramilitar venha a ser criada,

- a) Suas atividades poderão ser suspensas por decisão administrativa.
- b) O Estado não poderá intervir em seu funcionamento, já que a liberdade de associação é irrestrita.
- c) Ela poderá representar judicialmente seus filiados, independentemente de expressa autorização destes.
- d) Suas atividades não poderão ser interrompidas, caso o Estado tenha autorizado sua criação.
- e) Ela somente poderá ser dissolvida por decisão judicial transitada em julgado.

53. Assinale a alternativa que apresenta uma característica comum ao processo legislativo federal relativo às medidas provisórias e às emendas constitucionais:

- a) Ambas são de iniciativa privativa do Presidente da República.
- b) Cabe iniciativa popular para sua propositura, nos dois casos.
- c) Caso venha a ser rejeitada, a matéria constante de sua proposta não poderá ser objeto de novo projeto, dentro da mesma sessão legislativa.
- d) Caso venha a ser rejeitada, a matéria constante de sua proposta somente poderá ser objeto de novo projeto, dentro da mesma sessão legislativa, mediante iniciativa da maioria absoluta dos membros da Casa.
- e) Ambas serão sancionadas e promulgadas pelo Presidente da República.

54. Determinado projeto de lei orçamentária foi enviado ao Congresso Nacional por um senador. A proposta foi discutida e aprovada por ambas as Casas, seguindo para sanção e promulgação do chefe do Poder Executivo. De acordo com o procedimento previsto na Constituição federal, é possível concluir que:

- a) O projeto será válido, desde que respeitadas as regras específicas relativas ao processo legislativo orçamentário.
- b) A lei será constitucional, desde que observado o quórum mínimo correspondente à maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para sua aprovação.
- c) A lei, após ter sido publicada, não poderá, com fundamento na desobediência ao processo legislativo, ter sua validade contestada.
- d) A lei deverá ser promulgada pela mesa do Congresso Nacional e enviada para publicação pelo Presidente da República.
- e) O projeto de lei contém vício de iniciativa, sendo a sanção presidencial incapaz de convalidá-la.

55. A respeito do plebiscito e do referendo, formas de exercício da soberania popular, aponte a afirmação verdadeira:

- a) Serão convocados pelo Senado ou pela Câmara.
- b) Apenas maiores de 18 anos poderão participar de plebiscito.
- c) Portugueses que ostentam a condição de equiparado a brasileiros poderão participar de ambas as formas de consulta popular.
- d) Serão convocados pelo Presidente da República, em âmbito federal.
- e) O plebiscito, ao contrário do referendo, é convocado posteriormente ao ato que se pretende instituir.

56. Em virtude de grave comprometimento da ordem pública, o Presidente decide decretar intervenção federal em diversos estados e propor ao Congresso Nacional alterações nas regras relativas ao processo eleitoral, por meio de emenda constitucional. Assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira, no que diz respeito ao contexto apresentado:

- a) A proposta de emenda não poderá ser discutida e votada enquanto viger o estado de intervenção.
- b) A PEC apresentada apresenta violação a cláusula pétrea da Constituição.
- c) Não há impedimento às deliberações parlamentares relativas à PEC apresentada.
- d) A proposta somente será aprovada após o voto favorável de dois terços dos membros de cada Casa.
- e) Devido à intervenção decretada pelo Presidente da República, a votação deverá ser interrompida e só poderá ser retomada na próxima sessão legislativa.

57. O Presidente da República implementou uma série de providências relacionadas à administração pública federal, sem a participação do Poder Legislativo e mediante delegação ao Advogado-Geral da União. Uma das medidas passíveis de serem adotadas, nessas condições, seria:

- a) Alterar a organização e funcionamento da administração federal, com o correspondente incremento de despesas.
- b) Conceder indulto ou anistia.
- c) Extinguir cargos públicos ocupados por servidores não estáveis, a fim de conter gastos.
- d) Prover cargos públicos.
- e) Editar medidas provisórias.

58. Lisauro pretende se tornar desembargador do Tribunal de Justiça de seu Estado pela regra do “quinto constitucional”. Para tanto, ele deverá, obrigatoriamente:

- a) Possuir mais de 15 anos de carreira como advogado.
- b) Ser indicado em lista sêxtupla elaborada pelo Ministério Público, caso seja membro dessa instituição.
- c) Prestar concurso público.
- d) Ser indicado em lista tríplice pelo respectivo órgão de representação, caso não seja membro do Poder Judiciário.
- e) Ser indicado pelo Presidente da República e ter seu nome aprovado pelo Senado Federal.

59. Cristiano é brasileiro naturalizado e Olavo é brasileiro nato que optou, voluntariamente, por outra nacionalidade. É possível afirmar que, apenas com base nas informações fornecidas, caso venham a cometer crime comum fora do Brasil,

- a) Apenas Olavo poderá ser extraditado.
- b) Apenas Cristiano poderá ser extraditado, já que não é brasileiro nato.
- c) Nenhum dos dois poderá ser extraditado se não tiverem cometido o crime de tráfico de entorpecentes.
- d) Ambos sejam extraditados.
- e) Cristiano poderá ser extraditado, caso venha a ter sua naturalização cancelada após regular procedimento administrativo.

60. Com relação aos princípios e às garantias do Ministério Público, assinale a opção verdadeira:

- a) Segundo o princípio da indivisibilidade, o Ministério Público da União e os dos Estados estão submetidos a um único chefe.
- b) Os membros do MP dispõem da garantia da vitaliciedade, que determina que a perda do cargo se dê apenas mediante sentença judicial transitada em julgado.
- c) O princípio da unidade nos informa que os membros da instituição não podem ser substituídos uns pelos outros, no desempenho de suas atribuições.
- d) O MP possui autonomia administrativa, mas não financeira ou orçamentária.
- e) A garantia da inamovibilidade é absoluta, não admitindo exceções.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

61. Os princípios orçamentários visam a estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. De acordo com o princípio orçamentário da(o)

- a) totalidade, todas as receitas e despesas devem estar compreendidas na Lei Orçamentária Anual.

b) legalidade, a Lei Orçamentária Anual conterá apenas a previsão de receita e a fixação de despesa, ressalvada a autorização para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita orçamentária.

c) não afetação da receita, o ente público poderá vincular imposto para realizar atividades de administração tributária.

d) especificação, a Lei Orçamentária Anual não poderá conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa.

e) orçamento bruto, a Lei Orçamentária Anual não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvados a reserva de contingência e os programas especiais de trabalho.

62. Sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), julgue o item subsequente:

a) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o PPA, a LDO e a LOA.

b) De acordo com os ditames legais, a lei de diretrizes orçamentárias é composta pelos orçamento fiscal, de investimentos e da seguridade social.

c) Os orçamentos fiscal e da seguridade social, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

d) O projeto do PPA será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

e) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

63. A técnica orçamentária conhecida como orçamento base-zero (OBZ) tem entre suas características:

- a) Ser o elo entre o planejamento e as funções executivas do governo.
- b) Ser um instrumento de controle contábil, em que o critério de classificação é por unidades administrativas e por objeto do gasto.
- c) Ser um orçamento em que não há direitos adquiridos sobre verbas anteriormente outorgadas.
- d) Ser voltado para resultados, com foco em produtos e serviços a serem entregues aos cidadãos contribuintes.
- e) Ser um orçamento em que se apresentam propósitos para os créditos solicitados, custos necessários para o alcance de tais propósitos e informações quantitativas que mensurem os resultados.

64. Sobre os estágios da receita e da despesa pública, julgue o item subsecutivo:

- a) O lançamento da despesa é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
- b) A arrecadação de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria.
- c) Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensado o empenho da despesa.
- d) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- e) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo devedor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

65. Relativamente à receita pública, julgue os itens seguintes

- I. A receita proveniente de delegação de serviço público mediante concessão a particular compõe a Receita de Capital.
 - II. A receita proveniente da exploração de recursos naturais compõe a Receita Corrente Patrimonial.
 - III. A receita proveniente de royalties é registrada como Receita Corrente de Serviços.
 - IV. O superávit do orçamento corrente é contabilizado como Receita Corrente.
- a) Apenas o item III está correto.
 - b) Apenas o item II está correto.
 - c) Os itens I, II e III estão corretos.
 - d) Apenas os itens II e IV estão corretos.
 - e) Apenas os itens I e III estão corretos.

66. Relativamente à despesa pública, especialmente no tocante a restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, assinale a opção correta.

- a) Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- b) Considerem-se Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas até dezembro, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.
- c) Não serão objeto de bloqueio os restos a pagar não processados relativos às despesas com o Ministério da Saúde, o Programa de Aceleração do Crescimento e as emendas individuais impositivas.
- d) Após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o credor não poderá mais exigir o seu pagamento.
- e) Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente deverão ser pagos como "restos a pagar".

67. O art. 167, da Constituição Federal, traz vedações relativas às finanças públicas. A alternativa que traz, corretamente, uma dessas vedações é:

- a) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por 2/3 de seus membros.
- b) a utilização, ainda que com autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- c) a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para financiamento de despesas de capital.
- d) a utilização de recursos de regime geral de previdência social para a realização de despesas distintas do pagamento dos benefícios previdenciários e das despesas necessárias à sua organização e ao seu funcionamento.
- e) a transferência voluntária de recursos, a concessão de avais, as garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio de previdência social.

68. De acordo com as normas constitucionais, o anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento integrará:

- a) a Lei Orçamentária Anual.
- b) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) o Orçamento Fiscal.
- d) o Anexo de Metas Fiscais.
- e) o Plano Plurianual.

69. Um ente federativo definiu o valor de R\$10.000.000,00 para a sua reserva de contingência. O ente utilizou as seguintes receitas para o cálculo do referido valor:

- a) Patrimonial, Contribuições, Agropecuária e Alienação de bens.
- b) Operações de Crédito, Alienação de Bens e Transferências de Capital.
- c) Tributárias, Serviços, Agropecuária e Outras Receitas Correntes.
- d) Tributárias, Serviços, Amortização de empréstimos e Transferências Correntes.
- e) Patrimonial, Industrial, Alienação de Bens e Operações de Crédito.

70. Sobre a despesa obrigatória de caráter continuado, assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- b) O ato que criar ou aumentar a despesa será acompanhado de comprovação de que a despesa não afetará as metas de resultados fiscais, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados exclusivamente pelo aumento permanente de receita.
- c) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
- d) Os requisitos para a criação ou aumento da despesa obrigatória de caráter continuado não se aplicam às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal.
- e) Os atos que criarem ou aumentarem despesa obrigatória de caráter continuado deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Prova Discursiva

Carlos Roberto

TEXTO I

A Educação a Distância – EaD tem ganhado espaço no cenário educacional do Brasil, apresentando-se como modalidade minimizadora de questões como deslocamento e ativismo, obrigando à presença do educando em um ambiente físico de aprendizagem com carga horária e frequência estabelecida, sendo fator determinante para aprovação. A flexibilidade é uma vantagem, mas pode transformar-se em desvantagem pelo exercício de autonomia por parte do educando, requerendo disciplina para abordagem, exploração e socialização dos questionamentos e conhecimentos adquiridos.

[...]

A Educação a Distância foi conceituada no Brasil por meio do citado Decreto nº 5.622 (Brasil, 2005):

Art. 1º: Para os fins deste Decreto, caracteriza a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Amparada nessa conceituação, a Educação à Distância delineou um papel colaborativo contemporâneo fundamental para a Educação, proporcionando diversos avanços por possibilitar a superação dos limites de espaço e tempo inerentes às formas tradicionais da educação presencial, graças, sobretudo, à utilização de tecnologias de informação e comunicação (TICs) atualmente disponíveis, com destaque para a internet. Foi responsável também por instigar e massificar uma característica edificante na EaD, autoaprendizagem, conforme podemos depreender do que está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelo Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no DOU de 11 de fevereiro de 1998), que assim define:

A Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação (MEC, 2003). Os meios de comunicação são os responsáveis pela alteração do conceito de presencialidade do educador (presença física), assim como sua responsabilidade do “ensinar” (LDB).

É imperativo ressaltar que a autoaprendizagem não representa necessariamente que o educando estará desassistido na construção do conhecimento, posto que os cursos a distância majoritariamente contam com a atuação de professores, tutores e diversos outros profissionais na nobre missão de desenvolver a mediação pedagógica, algo imprescindível ao processo de ensino e aprendizagem, em um processo recorrente na EaD que é a aprendizagem colaborativa, pela qual o conhecimento deve ser construído a partir da intensa relação entre os atores dos cursos.

Disponível em: <http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/educacao-a-distancia-desafio-e-perspectivas>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

Educação EAD cresce 133% em mais de um ano após atualização de legislação

Há pouco mais de um ano de expedição do Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, norma que atualizou a legislação sobre a regulamentação do ensino a distância no Brasil, houve crescimento de 133% dos polos EAD no país.

Antes, eles eram 6.583 e passaram a ser 15.394 de acordo com o Ministério da Educação (MEC).

Dados mais recentes do Censo da Educação Superior, coletados em 2016 e publicados no segundo semestre de 2017, também apontam que mais de 18% das matrículas no ensino superior são em cursos a distância, alcançando a marca de 1.494.418 em 2016. Em 2006, o percentual de participação da modalidade era de apenas 4,2% do total de matrículas.

Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2018/07/12/internas_educacao,972964/educacao-ead-cresce-133-em-mais-de-um-ano-apos-atualizacao-de-legisla.shtml. Acesso em: 23 de abril de 2020.

Modelo de ensino a distância é desafio durante a pandemia do coronavírus

Na situação inusitada do isolamento social, a criação de um **modelo pedagógico** se tornou desafio tão grande quanto o combate em si ao coronavírus. Diante de **escolas fechadas por tempo indeterminado**, a **rede pública de Minas Gerais** tem nas mãos a missão de encontrar solução para suas **3.613 escolas e cerca de 1,8 milhão de alunos**, num território marcado por diferenças econômicas, sociais e culturais. Já a rede privada, diante do impasse entre aquelas que se valem ou não do recurso das aulas online, usa de sua autonomia para mobilizar os estabelecimentos a manter pelo menos algo em uníssono: o vínculo com as famílias.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais informa que **prepara estratégia** para oferecer aos estudantes a possibilidade de acesso ao conteúdo das disciplinas, caso a suspensão das atividades escolares se estenda. Seja na pública ou na particular, pelo menos um ponto é comum: o que os pais estão vivenciando, não importa em qual nível de ensino, é **totalmente novo**. “Seja fundamental ou médio, ninguém nunca passou pela experiência das aulas online”, afirma a Sindicato das Escolas Particulares do Estado de Minas Gerais (Sinep-MG), Zuleica Reis.

Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/educacao/2020/04/02/internas_educacao,1134815/modelo-de-ensino-a-distancia-e-desafio-durante-a-pandemia-do-coronavir.shtml. Acesso em: 23 de abril de 2020.

A partir da leitura dos textos de motivadores, redija um texto dissertativo sobre **a educação a distância (EaD) no Brasil**. Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 Ao menos uma oportunidade viabilizada pelo EaD;
- 2 Riscos associados ao modelo;
- 3 Desafios a ela associado;

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

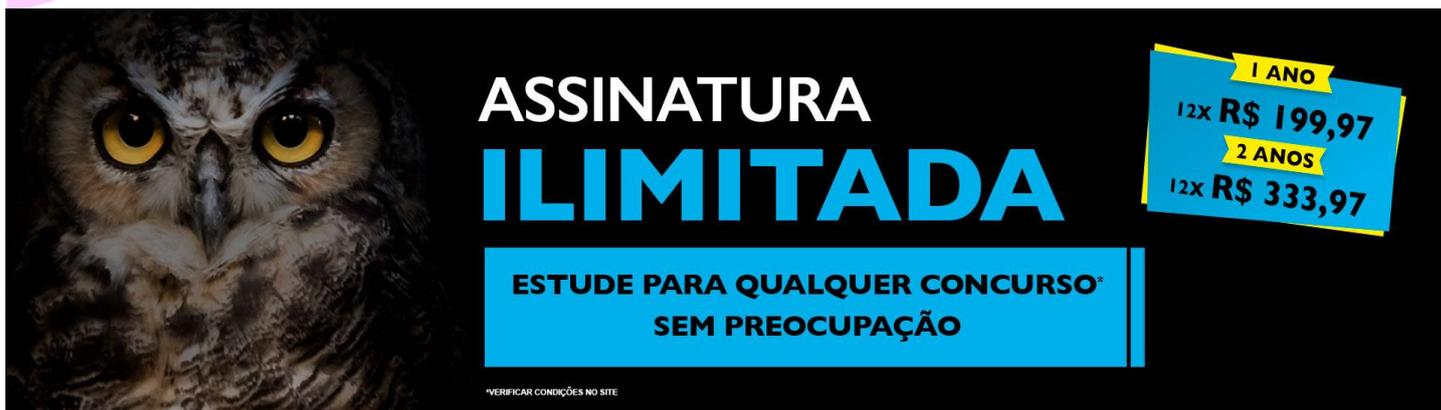
Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-ALE-CE-25-04-20>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

Concursos



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE